

REGULAMENTO DO PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA – CURSO DE MESTRADO, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG

**TÍTULO I
DOS OBJETIVOS E ORGANIZAÇÃO**

Art. 1º O Programa Acadêmico de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado é constituído por atividades integradas de ensino, pesquisa e inovação que possibilitam conduzir profissionais à obtenção do título de Mestre em História.

Parágrafo único. O Programa Acadêmico de Pós-Graduação em História será designado pela sigla PPG-H.

Art. 2º O PPG-H é constituído por 01 (uma) área de concentração – História, Cultura e Identidades.

Art. 3º O objetivo principal do PPG-H é formar pessoal de alta qualificação e capacidade criadora para intervir, com competência teórica, política e técnico metodológica, nos múltiplos campos de atuação da história.

Parágrafo único. São objetivos específicos do PPG-H:

I - consolidar a capacidade teórica, metodológica e didática dos profissionais ingressantes, da história e de outras áreas, para a docência em geral e no ensino superior em particular, favorecendo a disseminação do conhecimento e de uma atitude crítica e construtiva em relação à história, à cultura e às identidades;

II - produzir conhecimento sobre a construção dos sentidos, a constituição de sujeitos e as conexões entre processos históricos, culturais e identitários;

III - propiciar a disseminação, o debate e a integração do conhecimento histórico entre a pós-graduação, a graduação e outros sujeitos e instituições da sociedade civil.

Art. 4º O PPG-H possui 02 (duas) linhas de pesquisa, a saber:

I - **Instituições e sujeitos: saberes e práticas.** Da mesma forma que se busca pensar a relação entre cultura e identidades como um problema a ser colocado às investigações, Instituições e sujeitos: saberes e práticas – os termos definidores das preocupações desta linha – não são tomados como associações mecânicas ou causais, mas sim como elementos de problemáticas a serem debatidas teórica e empiricamente.

Busca-se, assim, problematizar a própria relação entre esses atores e as instituições, rompendo com as explicações que objetivam tão somente os processos de sujeição/repressão que agem sobre o indivíduo, focando, também, o próprio caráter ambíguo e complexo das relações entre atores e instituições – relações que geram violências, conflitos, resistências, negociações e, não menos, identidades. Em outros termos, trata-se aqui de investigar as articulações e/ou relações possíveis (posto que culturais e, portanto, históricas) entre indivíduos/sujeitos/atores sociais e instituições e que se constituem como produtoras de identidade, imposta ou resistente, manifesta em diferentes práticas sociais/culturais e cujos códigos e regras de compreensão, consumo e apropriação são apreensíveis pela pesquisa e reflexão historiográficas. Assim, órgãos oficiais, agregações da cultura tradicional, saberes médicos, práticas educacionais, festas religiosas, grupos étnicos, modelos de viver e/ou trabalhar na cidade e no campo, são, entre outras, algumas das possibilidades interpretativas que podem permitir empreender estudos sobre cultura e identidades no âmbito desta linha de pesquisa;

II - Discursos, representações: produção de sentidos. Essa linha de pesquisa agrega estudos sobre discursos e representações concebidos como práticas culturais indissociáveis dos modos de produção de sentidos. A cultura – no plural – é entendida como um processo ativo e dinâmico de significação do mundo social, natural e supranatural, o qual configura historicamente as identidades e diferenças individuais e coletivas nos planos da vida material e espiritual, das produções do ideário, do imaginário e do simbólico. A partir de variadas concepções teórico-metodológicas, as pesquisas enfatizam os processos vivenciados por diferentes sujeitos em suas trajetórias singulares e experiências heterogêneas; processos esses em que operam as diversas mediações constitutivas do “real”, quer dizer, as formas de sua percepção, enunciação e semiotização, apreendidas na contingência das relações de saber-poder. Assim, a pesquisa das lógicas de produção, circulação e recepção de discursos e representações sobre a natureza, o sagrado, a cultura escrita – entre outros temas observados a partir de variadas escalas espaço-temporais – permite a problematização de objetos situados no cruzamento de diferentes campos da história, em torno de um eixo comum e central: o das relações entre culturas e processos identitários.

Art. 5º O PPG-H é ofertado pela UEPG, em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior – CNE/CES nº 01, de 03 de abril de 2001, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEPG – CEPE nº 020, de 19 de julho de 2016, as portarias emanadas pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e as informações disponibilizadas no Documento de Área CAPES.

§ 1º O PPG-H enquadra-se na Área de Avaliação de História da CAPES.

§ 2º O curso de Mestrado do PPG-H é ofertado na modalidade presencial.

§ 3º A critério do Colegiado de Curso do PPGH, as disciplinas poderão ser oferecidas de modo presencial, semipresencial ou a distância.

§ 4º A critério do Colegiado de Curso do PPGH, poderão ser autorizadas participações de alunos a distância em disciplinas presenciais ou semipresenciais, desde que devidamente justificadas.

Art. 6º Os prazos mínimo e máximo para conclusão do curso de mestrado são de 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) meses, respectivamente.

§ 1º. Excepcionalmente poderá ser concedida prorrogação de prazo para conclusão do mestrado por até 06 (seis) meses, após análise e aprovação do Colegiado do Programa.

§ 2º Estudantes reingressantes podem requerer defesa antes do prazo mínimo, desde que tenham integralizado todos os demais requisitos curriculares.

TÍTULO II

DO COLEGIADO DO PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA

Seção I

Da Composição

Art. 7º O Colegiado do PPG-H terá a seguinte composição:

I - Coordenador e Vice Coordenador, que são docentes permanentes do Programa, eleitos por seus pares, para 01 (um) mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução;

II - 03 (três) representantes docentes permanentes do Programa, eleitos por seus pares, para 01 (um) mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução;

III - 01 (um) representante discente, eleito por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Cada linha de pesquisa do Programa terá, pelo menos, 01 (um) representante docente junto ao Colegiado.

Seção II Da Eleição

Art. 8º Os procedimentos para realização da escolha do Coordenador, Vice-Coordenador, e representantes docentes e discente do Colegiado do PPG-H deverão ocorrer em conformidade com o descrito no Título III, Capítulo III e Seção II da Resolução CEPE nº 020/2016.

Seção III Da Competência

Art. 9º As competências do Colegiado do Programa estão descritas no Art. 36 da Resolução CEPE nº 020/2016.

Parágrafo único. O Colegiado deve atuar no sentido de fiscalizar a execução e aprovar eventuais adequações do plano de objetivos e metas, em conformidade com o Documento de Área CAPES.

Seção IV Do Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

Art. 10 As competências do Coordenador do PPG-H estão descritas nos artigos 37 e 38 da Resolução CEPE nº 020/2016.

Parágrafo único. No primeiro mês de gestão, o Coordenador do PPG-H deverá elaborar o plano de objetivos e metas, em conformidade com o Documento de Área CAPES, submetendo para aprovação junto ao Colegiado.

Seção V Da Comissão de Bolsas

Art. 11 A Comissão de Bolsas do PPG-H deverá assim ser constituída:

I - Coordenador do Programa;

II - 02 (dois) representantes docentes membros do Colegiado do Programa para 01 (um) mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução;

III - 01 (um) representante discente membro do Colegiado do Programa, eleito por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, permitida uma recondução.

§ 1º A Comissão de Bolsas poderá ser substituída pelo Colegiado do Programa, cuja composição é definida no Art. 7º deste Regulamento.

§ 2º - As atribuições da Comissão de Bolsas estão descritas no Art. 40 da Resolução CEPE nº 020/2016.

TÍTULO III DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I DO CREDENCIAMENTO, DESCREDENCIAMENTO E ALTERAÇÃO DE CATEGORIA DOS DOCENTES

Art. 12 Os critérios para credenciamento dos docentes junto ao PPG-H são:

I - ser portador do título de Doutor em História ou áreas afins;

II - ter o *Curriculum Lattes* atualizado e comprovado relativo aos 04 (quatro) anos imediatamente anteriores ao pedido de credenciamento;

III - possuir registro atualizado do pesquisador em grupo de pesquisa cadastrado no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq;

IV - apresentar uma proposta de atuação no PPG-H contendo projeto de pesquisa adequado aos objetivos da área de concentração e linha de pesquisa em que pleiteia atuar;

V - ter produção científica compatível com o requerido pela Área de História da CAPES para curso conceito 4, em conformidade com o plano de objetivos e metas do Programa descrito no parágrafo único do Art. 10.

Art. 13 O período para credenciamento dos docentes é em fluxo contínuo.

Art. 14 A solicitação de credenciamento deverá ser individual, por meio de ofício e documentos comprobatórios, devidamente protocolado no Protocolo Geral e endereçado ao Colegiado do Programa.

Art. 15 Depois de deferida a solicitação de credenciamento pelo Colegiado do PPG-H, é necessária homologação pela Comissão de Pós-Graduação – CPG, para posteriormente ter validade institucional e possibilitar que a Coordenação proceda o lançamento do nome do interessado na Plataforma Sucupira.

Art. 16 O Colegiado procederá, a cada 24 (vinte e quatro) meses, análise dos índices de produção de cada docente e, por meio de parecer motivado e fundamentado, recomendará descredenciamento ou alteração da classificação dos docentes que não atingirem os objetivos e metas do PPG-H, em conformidade descrito no parágrafo único do Art. 10.

Art. 17 É permitido ao docente solicitar, devidamente motivado, seu descredenciamento ou alteração de sua classificação, por meio de documento protocolado no Protocolo Geral e endereçado ao Colegiado do PPG-H.

Art. 18 O descredenciamento e a alteração da classificação dos docentes, depois de aprovado em reunião do Colegiado, devem ser homologados pela CPG e, posteriormente, informado na Plataforma Sucupira pela Coordenação.

CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO CORPO DOCENTE

Art. 19 O corpo docente do PPG-H será credenciado e classificado nas seguintes categorias:

- I - Docentes Permanentes;
- II - Docentes e Pesquisadores Visitantes;
- III - Docentes Colaboradores.

Parágrafo único. As terminologias e categorias adotadas deverão estar em conformidade com as Portarias emanadas pela CAPES.

Art. 20 As responsabilidades e atribuições dos Docentes Permanentes, Docentes e Pesquisadores Visitantes, e Docentes Colaboradores estão descritas no Título IV, Seções I, II e III do Capítulo II, e Capítulo III da Resolução CEPE nº 020/2016.

TÍTULO IV DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I DO INGRESSO DOS DISCENTES NA PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 21 Os discentes poderão participar do PPG-H nas seguintes condições:

I – ALUNO REGULAR: o graduado aprovado em processo seletivo e devidamente matriculado no Programa, e

II - ALUNO ESPECIAL: aquele que já concluiu o curso de graduação ou que

está no último ano do curso de graduação, que participou ou não do processo seletivo, o qual poderá ser matriculado em disciplinas isoladas, de acordo com o estabelecido no Edital de Inscrição e Seleção.

Art. 22 Ao aluno regular é vedada a matrícula e/ou realização simultânea de mais de um curso de pós-graduação *Stricto sensu*.

Seção I Da Seleção

Art. 23 A seleção do discente para o ingresso no PPG-H será realizada através de chamadas públicas, que deverão definir o processo de avaliação, caracterizando cada fase se classificatória ou eliminatória, e a nota mínima necessária à seleção para ingresso no curso de Mestrado, bem como critérios de desempate.

Art. 24 Os candidatos ao PPG-H deverão, na época oportuna, apresentar, para fins de inscrição no processo de seleção, a documentação exigida no respectivo Edital.

Art. 25 A critério do Colegiado do Programa, poderão ser aceitas matrículas de alunos especiais, respeitando-se o número de vagas ofertadas, devidamente informados no Edital.

Art. 26 A seleção dos discentes no PPG-H é de competência da Comissão de Seleção, indicada pelo Colegiado.

Art. 27 Serão reservadas até 25% das vagas para candidatos autodeclarados negros.

Art. 28 – A inscrição de candidatos autodeclarados deficientes nos termos da Lei 20.443 de 17 de dezembro de 2020 implica o oferecimento de uma vaga adicional reservada a alunos deficientes.

Art. 29 – A inscrição de candidatos autodeclarados indígenas implica o oferecimento de uma vaga adicional reservada a alunos indígenas.

Art. 30 – A inscrição de candidatos autodeclarados transgêneros implica o oferecimento de uma vaga adicional reservada a alunos transgêneros.

Seção II Da Matrícula

Art. 31 Terá direito à matrícula o candidato aprovado no processo de seleção, classificado dentro do número de vagas estabelecidas no Edital.

Parágrafo único. Aluno travesti ou transexual no ato da matrícula, poderá requerer por escrito o uso do nome social.

Art. 32 Os ingressantes nos cursos de pós-graduação realizarão suas matrículas nos períodos determinados nos Editais vinculados à sua seleção.

Parágrafo único. No decorrer do curso de pós-graduação a matrícula será realizada pelo discente, semestralmente, de acordo com as datas programadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESP.

Art. 33 A comprovação da conclusão da graduação em curso superior ocorrerá na matrícula, mediante apresentação de diploma ou certidão de conclusão de curso de graduação.

– **Art. 34** Será cancelada a matrícula do discente quando este requerer por escrito, quando for reprovado em Orientação de Dissertação de Mestrado I ou II ou quando não alcançar o rendimento acadêmico disposto no Art. 77 da Resolução CEPE nº 020/2016 ou em decorrência de processo disciplinar.

Seção III

Do Trancamento e Cancelamento de Matrícula

Art. 35 Os procedimentos para solicitação, análise e efetivação do trancamento de matrícula do discente deverá ser realizado em conformidade com o Título V, Capítulo I, Seções III e IV da Resolução CEPE nº 020/2016.

Art. 36 Para solicitação do trancamento de matrícula é necessário recolhimento de taxa correspondente, conforme valor vigente, determinado pelo Conselho de Administração – CA da UEPG, junto à Secretaria Acadêmica de Pós-Graduação *Stricto sensu* – SAPGS.

Art. 37 Será facultado, ao aluno regular, sempre que houver anuência do orientador ou do Coordenador do Programa, o cancelamento de matrícula em qualquer disciplina, desde que o requerimento seja apresentado à SAPGS antes de decorrido 1/3 (um terço) da carga horária prevista para o desenvolvimento da disciplina em questão.

Seção IV

Do Aproveitamento de Créditos

Art. 38 As disciplinas cursadas fora do Programa poderão ser reconhecidas para a integralização de créditos, desde que cursadas no máximo até 02 (dois) anos antes da matrícula como aluno regular no curso, não excedendo 50% (cinquenta por cento) do total de créditos.

CAPÍTULO II DA ORIENTAÇÃO

Art. 39 O aluno regular matriculado será orientado em suas atividades por um docente, com aprovação do Colegiado do Programa.

Parágrafo único. O orientador poderá solicitar a colaboração de co-orientador para seus orientandos, que deverá ser analisado e homologado pelo Colegiado do Programa.

Art. 40 Será permitida a troca de orientador, mediante justificativa do discente, após a análise e aprovação do Colegiado do Programa.

CAPÍTULO III DO RENDIMENTO ACADÊMICO

Art. 41 O rendimento do acadêmico será verificado através de:

I - aproveitamento em cada disciplina; e

II - frequência.

Seção I Do Aproveitamento das Disciplinas

Art. 42 O aproveitamento das disciplinas será expresso em conceitos, de acordo com a seguinte nomenclatura:

A – Excelente;

B – Bom;

C – Regular;

D – Reprovado;

I – Incompleto; e,

T – Transferência.

§ 1º Os conceitos “A”, “B” e “C”, dão direito ao crédito cursado.

§ 2º O conceito “D”, não gera direito ao crédito cursado.

§ 3º O conceito “I” será atribuído ao discente que não completou a disciplina, por motivo justificado, com aprovação do Colegiado do Programa e, poderá ser revisto, após conclusão das atividades avaliativas, que deverão ser realizadas no prazo máximo de 03 (três) meses a partir do término da interrupção da disciplina.

§ 4º O conceito “T” é atribuído às disciplinas cursadas fora do Programa, que são aceitas pelo orientador e submetidas ao Colegiado para a contagem de créditos, até os limites fixados no Regulamento.

Art. 43 O aproveitamento nas disciplinas Estágio de Docência do Mestrando – EDM, Orientação de Dissertação de Mestrado I – ODM-I, Orientação de Dissertação de Mestrado II – ODM-II e Núcleos de Pesquisa I e II será avaliado utilizando-se as seguintes nomenclaturas:

I - S – Suficiente;

II - NS – Não Suficiente.

§ 1º O conceito “S” é aplicado ao discente quando, no desenvolvimento das atividades programadas, junto às disciplinas com características específicas, foram atingidos os objetivos estabelecidos pelo responsável.

§ 2º O conceito “NS” é aplicado ao discente quando, no desenvolvimento das atividades programadas, junto às disciplinas com características específicas, não foram atingidos os objetivos estabelecidos pelo responsável.

Seção II Da Frequência

Art. 44 Será obrigatória a frequência do discente de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para cada disciplina.

Art. 45 Será obrigatória a apresentação de comprovante de suficiência ou

proficiência em língua diversa de seu idioma pátrio emitido por universidade, faculdade ou instituição reconhecida pelo MEC ou instituições certificadoras de idiomas aceitas pela CAPES.

CAPÍTULO IV

DO DESLIGAMENTO DO PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA

Art. 46 Será desligado do PPG-H o discente que:

I - obtiver, no primeiro semestre, rendimento médio inferior a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) e, somando-se cada semestre seguinte, rendimento acumulado médio inferior a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos);

II - obtiver conceito “D” ou “NS” em disciplina cursada pela segunda vez;

III - não realizar a matrícula nos prazos estabelecidos pela PROPESP;

IV - for reprovado, pela segunda vez, no Exame de Qualificação ou na apresentação de Seminário **de Dissertação**;

V - for reprovado na defesa de sua dissertação.

Parágrafo único. A média ponderada – MP para o cálculo do rendimento acadêmico é a soma do produto do número de créditos cursados – ni pelos respectivos conceitos – Ni, dividido pelo número de créditos realizados, expresso pela fórmula seguinte:

$$MP = \frac{\sum ni Ni}{\sum ni}$$

Onde:

ni - número de créditos das disciplinas

Ni - conceito das disciplinas

- Valor 4 para disciplina de conceito A

- Valor 3 para disciplina de conceito B

- Valor 2 para disciplina de conceito C

- Valor 1 para disciplina de conceito D

CAPÍTULO V DA DISSERTAÇÃO

Art. 47 O título de Mestre em História será concedido ao discente que cumprir as seguintes exigências:

I - concluir 16 (dezesesseis) créditos em disciplinas obrigatórias;

II - concluir 08 (oito) créditos em disciplinas optativas;

III - cursar 08 (oito) créditos nos Núcleos de Pesquisa do PPG-H;

IV - ser aprovado no Exame de Qualificação;

V - obter aprovação na defesa da Dissertação de Mestrado.

-

§ 1º As disciplinas obrigatórias do curso de Mestrado são ofertadas anualmente e incluem:

I - Teoria da História: 04 (quatro) créditos;

II - Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica: 04 (quatro) créditos;

III - Seminários de pesquisa: 04 (quatro) créditos;

IV - ODM-I: 02 (dois) créditos;

V - ODM-II: 02 (dois) créditos.

VI – Núcleo de Pesquisa I

VII – Núcleo de Pesquisa II

§ 2º As disciplinas optativas do curso de Mestrado são ofertadas anualmente e estão disponibilizadas no site do Programa.

§ 3º A disciplina EDM é obrigatória somente para os bolsistas, possui 02 (dois) créditos, é ofertada semestralmente e deve ser concluída até 24 (vinte e quatro) meses após o início do curso de mestrado, em conformidade com a Resolução CEPE nº 021/2016.

§ 4º Discentes que se enquadram no Art. 3º da Resolução CEPE nº 021/2016, serão dispensados da disciplina EDM.

§ 5º As disciplinas ODM-I e ODM-II possuem 02 (dois) créditos cada, são ofertadas semestralmente e devem ser concluídas, respectivamente, até 06 (seis) e 24 (vinte e quatro) meses após o início do curso de Mestrado, ou seja, no primeiro e no terceiro semestre do curso, em conformidade com a Resolução CEPE nº 030, de 27 de setembro de 2016.

§ 6º Para os discentes estrangeiros, o Exame de Suficiência em Língua Estrangeira será diversa de seu idioma pátrio.

§ 7º O Exame de Qualificação de Mestrado deverá ser realizado até 18 (dezoito) meses após a matrícula.

§ 8º Os mestrandos que não lograrem aprovação no Exame de Qualificação, podem realizá-lo novamente em até 30 (trinta) dias.

§ 9º Os critérios para composição da banca do Exame de Qualificação e de Defesa de Mestrado são:

I - todos os membros deverão ser portadores do título de doutor;

II - a banca é composta pelo orientador - presidente nato, 02 (dois) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes;

III - pelo menos 01 (um) membro titular e 01 (um) suplente devem ser externos à UEPG.

IV - os demais membros devem pertencer ao quadro de docentes efetivos da UEPG

§ 10 Para a homologação da banca, o Colegiado do PPG-H deve levar em consideração os seguintes quesitos:

I - os membros devem pertencer a Programa de Pós-Graduação na Área de História ou em Áreas Correlatas, exceto se aplicável a justificativa de notório saber;

II - os membros da banca devem ter produção intelectual atualizada e compatível com a temática da pesquisa do candidato;

III - apresentação de todos os documentos solicitados pela Coordenação para requerimento do Exame de Qualificação, disponíveis na *homepage* do Programa, em conformidade com o plano de objetivos e metas descritos no parágrafo único do Art. 10.

§ 11 Além da obtenção de êxito na defesa da Dissertação de Mestrado, que vale 04 (quatro) créditos, o discente deverá cursar 32 (trinta e dois) créditos, conforme descrito nos incisos I, II e III deste artigo.

Art. 48 As atividades mencionadas abaixo também podem ser contabilizadas para fins de créditos junto ao curso de Mestrado:

I - aproveitamento de estudos anteriores;

II - disciplinas cursadas fora do PPG-H.

§ 1º As atividades mencionadas no *caput* deste artigo deverão ser protocoladas pelo discente e enviadas para análise do Colegiado do Programa, que definirá o número de créditos a ser concedido e contabilizado junto às disciplinas optativas.

§ 2º Nos casos de validação pelo Colegiado do Programa, o discente necessitará solicitar aproveitamento de estudos anteriores (créditos de estudos complementares ou disciplinas isoladas obtidas fora da UEPG).

§ 3º Até 08 (oito) créditos em disciplinas cursadas fora do PPG-H poderão ser validadas pelo Colegiado do Programa.

Art. 49 A dissertação será apresentada junto a uma banca, composta por 03 (três) membros aprovados pelo Colegiado do Programa, em conformidade com os quesitos explicitados no Título V, Capítulo V, Seção I, do Art. 80 da Resolução CEPE nº 020/2016.

TÍTULO V DA CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 50 Será emitida, pela SAPGS, certidão de conclusão de curso ao discente aprovado pela banca examinadora e que cumpriu todos os requisitos legais para a obtenção do título de mestre.

Art. 51 Constará no corpo da certidão de conclusão todos os quesitos dispostos no Art. 90 da Resolução CEPE nº 020/2016.

§ 1º A certidão de conclusão de curso será solicitada pela Coordenação do Programa e, após os trâmites legais, ficará à disposição do discente na SAPGS.

§ 2º No caso de existência de pendências, a solicitação da certidão de conclusão de curso, pelo Coordenador do Programa, será realizada após a entrega da versão definitiva do trabalho.

Art. 52 Na retirada da certidão de conclusão de curso, o discente deverá requerer a expedição do diploma, confirmando os dados pessoais.

Parágrafo único. Caso haja mudança de algum dos dados pessoais cadastrados, o discente deverá informar e anexar documento comprobatório.

TÍTULO VI DA EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA

Art. 53 O processo de expedição de diplomas é de competência da SAPGS, devendo ser confeccionado um processo para cada discente, considerando-se todos os quesitos dispostos na Resolução UNIV nº 040, de 15 de dezembro de 2016.

TÍTULO VII DOS RECURSOS

Art. 54 Todos os recursos deverão ser protocolados junto ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI – da UEPG e endereçados ao Colegiado do PPG-H, devidamente instruídos.

Art. 55 Após o recebimento do recurso, o Colegiado deverá se reunir em até 05 (cinco) dias úteis para proceder análise e emissão de parecer.

Art. 56 O Colegiado do Programa enviará o processo ao Protocolo Geral e ficará neste órgão durante o período de 05 (cinco) dias úteis para ciência do aluno.

Art. 57 Das decisões do Colegiado do Programa caberá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da mesma, a apresentação de recurso dirigido à CPG.

Art. 58 A CPG julgará o recurso, após as informações do Colegiado do Programa

Parágrafo único. O recurso será julgado por ocasião de Reunião Ordinária da CPG, cujo calendário é estabelecido anualmente.

Art. 59 A CPG enviará o processo ao Protocolo Geral e ficará neste órgão

durante o período de 05 (cinco) dias úteis para ciência do aluno.

Art. 60 Das decisões da CPG caberá, em última instância, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da mesma, a apresentação de recurso dirigido ao CEPE.

Art. 61 O CEPE julgará o recurso, após as informações da CPG.

Parágrafo único. O recurso será julgado por ocasião de Reunião Ordinária do CEPE, cujo calendário é estabelecido anualmente.

Art. 62 Depois de julgado no CEPE, o processo será enviado ao Protocolo Geral, onde ficará disponível durante 30 (trinta) dias para ciência do recorrente.

TÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63 Os casos omissos serão resolvidos pelo CEPE, que poderá adotar o que julgar mais adequado, observadas as disposições deste Regulamento, da Resolução nº 020/2016, os instrumentos normativos Superiores da UEPG e a legislação pertinente.